



PROJETO LEI Nº , DE 06 DE JANEIRO DE 2026.

Institui a Política Municipal dos Direitos Humanos e cria o Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Anchieta e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA-ES, faz saber que a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal dos Direitos Humanos, compreendida como as atividades empreendidas no âmbito do Município de Anchieta, isoladas ou coordenadas entre si, que visem a promover a observância dos direitos dos cidadãos e da liberdade fundamental da pessoa humana.

Art. 2º Ao Poder Público Municipal incumbe, de forma articulada com entidades da sociedade civil, governamentais e não governamentais, formular estratégias e instrumentos capazes de tornar efetivos os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal e nas convenções e tratados internacionais, ratificados pelo Governo Brasileiro.

Art. 3º Na formulação da Política Municipal dos Direitos Humanos, observar-se-ão as seguintes diretrizes:

- I. Respeito à dignidade da pessoa humana;
- II. Participação dos cidadãos na vida política, na forma das legislações vigentes;
- III. Liberdade de expressão, de reuni-se pacificamente, de manifestar pensamentos, procurar e difundir informações e de auto-organização da sociedade civil;
- IV. Exercício de qualquer culto ou religião;
- V. Orientação e defesa dos direitos reprodutivos dos segmentos etários, étnicos, raciais, religiosos e sexuais;
- VI. Direito, no âmbito municipal, a que todos possam expressar suas atividades e valores culturais;



- VII. Direito ao trabalho, à educação, à saúde, à assistência social, à moradia, à recreação e lazer, ao meio ambiente saudável;
- VIII. Direito de fixar residência no Município, entrar em seu território ou deixá-lo livremente;
- IX. Proteção, na forma da legislação federal, aos estrangeiros perseguidos políticos pelo governo de seu país, que busquem viver no Município;
- X. Respeito à dignidade das pessoas com deficiência, autistas e com altas habilidades, visando à sua incorporação à vida social; e
- XI. Respeito à dignidade da pessoa humana dos amputados, transplantados, pessoas que vivem com vírus HIV, e portadores de qualquer doença ou fato que seja objeto de discriminação ou preconceito étnicos, raciais, religiosos e sexuais.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E FINALIDADE

Art. 4º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, órgão colegiado, permanente e autônomo de caráter deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas de direitos humanos, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, tendo por finalidade promover, orientar, coordenar, defender e exercer o controle social sobre as políticas e ações públicas que assegurem o gozo dos direitos humanos, da cidadania e das liberdades fundamentais por todos, sem distinções.

§ 1º Constituem direitos humanos para fins de atuação do Conselho, os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos e difusos, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, nos Tratados e Atos Internacionais ratificados pelo Brasil e demais legislações e Planos correlatos à matéria de direitos humanos.

§ 2º A intervenção do Conselho independe da provocação das pessoas ou coletividades ofendidas, podendo o mesmo agir de ofício.

SEÇÃO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania:



- I. Elaborar o seu Regimento Interno;
- II. Receber, apurar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias ou queixas de violações dos direitos humanos ocorridas em Anchieta;
- III. Solicitar informações e ter acesso a todas as dependências de órgãos públicos e instituições privadas destinadas à promoção dos direitos humanos em todos os níveis, no âmbito municipal;
- IV. Contribuir na formulação e definição de políticas públicas municipais dos direitos humanos;
- V. Fomentar o desenvolvimento de programas educativos, visando à promoção dos direitos humanos e da cidadania;
- VI. Promover trabalhos, emitir pareceres, realizar seminários, estudos, pesquisas e campanhas informativas sobre os direitos humanos;
- VII. Estabelecer e manter intercâmbio e cooperação com entidades e órgãos públicos ou privados, para promoção e controle social dos direitos humanos;
- VIII. Articular-se com órgãos federais e estaduais encarregados pelas políticas dos direitos humanos;
- IX. Pronunciar-se, por deliberação expressa da maioria absoluta de seus Conselheiros, sobre situações que envolvam a afirmação da cidadania e promoção dos direitos humanos.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Subseção I

Da Composição

Art. 6º O Conselho será composto de forma paritária por membros 14 (catorze) membros titulares e respectivos suplentes, do Poder Público e da Sociedade Civil, da seguinte forma:

- I. 07 (sete) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos titulares das pastas dos respectivos órgãos:
 - a) Secretaria de Governo;
 - b) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;
 - c) Secretaria de Educação;



- d) Secretaria de Saúde;
- e) Secretaria de Mobilidade e Serviços Urbanos;
- f) Secretaria de Segurança Pública e Social;
- g) Secretaria de Meio Ambiente.

II. 07 (sete) representantes da Sociedade Civil: devidamente indicados por instituições, organizações ou movimentos sociais comprometidos com a defesa e proteção dos direitos humanos e da cidadania.

Parágrafo único. Para a escolha dos representantes da sociedade civil haverá publicação de edital de chamamento público para que concorram livremente às vagas, sendo eleitas as representações mais votadas e as subsequentes serão consideradas suplentes.

Art. 7º O mandato dos membros da Sociedade Civil será de 02 (dois) anos, sendo permitida recondução, por igual período.

Art. 8º Na composição do Conselho, havendo pessoa com deficiência auditiva, a gestão municipal deverá assegurar a presença de profissional com formação em tradução e interpretação de libras nas reuniões.

Subseção II

Do Funcionamento

Art. 9º A organização e o funcionamento do Conselho será disciplinado em Regimento Interno, que deverá ser aprovado por 2/3 (dois terços) de seus membros em reunião plenária.

Art. 10 O Conselho poderá instituir Comissões Temáticas, de caráter temporário, para facilitar o trabalho por meio da distribuição das tarefas e também destinadas ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos a serem submetidos à plenária, podendo requisitar, em caráter transitório, sem prejuízo dos direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, servidores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, necessários aos seus trabalhos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho e articulação para o desenvolvimento da política de atendimento consubstanciada na presente lei serão prestados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município.



Art. 12 As dúvidas e os casos omissos desta lei serão resolvidos pela plenária do Conselho.

Art. 13 A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 06 de Janeiro de 2026.

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO DE ANCHIETA



MENSAGEM Nº 04, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.

Senhores Vereadores de Anchieta,

Nos termos do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, tenho a honra de encaminhar a esta Augusta Casa de Leis o incluso Projeto de Lei, que tem por objetivo instituir a Política Municipal dos Direitos Humanos e cria o Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Anchieta-ES.

O Projeto de Lei é um passo fundamental para garantir que os direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos sejam respeitados e protegidos.

A criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania representará um avanço significativo na promoção da justiça social, na defesa da igualdade e na proteção das minorias. Será um espaço de diálogo e participação cidadã, onde as vozes da sociedade civil poderão ser ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas que impactam diretamente a vida das pessoas. Acredito que esta é uma oportunidade valiosa para construirmos um município mais inclusivo, justo e solidário.

Estas são as razões que nos levam a propor a presente propositura, na espera que esta Augusta Casa de Leis analise e aprove o referido PL.

Confiante na aprovação por esta Digna Casa Legislativa, aproveito para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Gabinete do Prefeito, em Anchieta/ES, 06 de janeiro de 2026.

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO DE ANCHIETA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://anchieta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 350034003300350034003A005000

Assinado eletronicamente por **Leonardo Antônio Abrantes** em 06/01/2026 18:38

Checksum: **9E69301D26D34FAFB94E3297685499E382FDBC460F5D0A4A633FCD3C23853E82**



Autenticar documento em <https://anchieta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 350034003300350034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.
4º, II da Lei 14.063/2020.